



REDE DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO
COM CURSOS DE TURISMO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO DE 2017 A MAIO DE 2018

JUNHO DE 2018

ÍNDICE

	Página
1. Funcionamento da RIPTUR	3
2. As grandes linhas de intervenção da RIPTUR	5
3. Síntese das atividades desenvolvidas	7
4. A prioridade concedida à Investigação, Desenvolvimento e Inovação	10
5. Avaliação e reprogramação do Plano Estratégico e de atividades plurianual 2017/2020	18
6. Considerações finais	22

1. Funcionamento da RIPTUR

A primeira reunião formal da Rede de Instituições Públicas do Ensino Superior Politécnico com Cursos de Turismo (RIPTUR) realizou-se no dia 13 de dezembro de 2016, nas instalações da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Instituto Politécnico do Porto, em Vila do Conde.

Recorde-se que o Acordo de Parceria Estratégica da Rede de Instituições Públicas do Ensino Superior Politécnico com Cursos de Turismo foi outorgado no dia 14 de novembro de 2016, no decurso de uma sessão pública realizada nas instalações da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar do Instituto Politécnico de Leiria, em Peniche, a qual contou com a presença das Senhoras Secretárias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Turismo, do Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, dos Presidentes de todos os Institutos Superiores Politécnicos e das Escolas Superiores (não integradas), bem como de outros agentes relevantes ligados ao ensino superior, à investigação e ao turismo.

Na reunião realizada em 13/12/2016, foram nomeados os membros da Comissão Executiva para o biénio de 2017/2018:

- Sancho Silva (Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril), Coordenador Executivo;
- Adriano Costa (Instituto Politécnico da Guarda), Vogal;
- Carlos Fernandes (Instituto Politécnico de Viana do Castelo) – Vogal.

Na mesma reunião foi igualmente aprovado o protocolo de funcionamento interno da RIPTUR, o qual estabelece os princípios ligados à natureza, composição, competências, mandato e funcionamento da Comissão Executiva, além de estipular o papel do Coordenador Executivo e de definir o objeto das deliberações, a realização de um encontro anual para apreciação dos relatórios de atividades e as condições de adesão à Rede.

Foi igualmente aprovado que a Comissão Executiva funcionará com recurso aos meios disponíveis de cada uma das instituições cujos representantes tiverem assento na Comissão, sem orçamento próprio ou prestação de contas obrigatória.

Importa ainda referir que até à presente data foram realizadas as seguintes sete reuniões plenárias da RIPTUR, todas convocadas pela Comissão Executiva e que ocorreram nas datas e locais seguidamente indicados:

Quadro 1 – Síntese das reuniões realizadas

Reunião	Local	Data
1. ^a	ESHT do I. P. Porto, em Vila do Conde	13/12/2016
2. ^a	ESTG do I. P. Castelo Branco, em Idanha-a-Nova	03/02/2017
3. ^a	ESTH do I. P. Guarda, em Seia	05/04/2017
4. ^a	Hotel Escola da ESTG do I. P. Castelo Branco, em Monsanto	14/06/2017
5. ^a	ESECS do I. P. Portalegre, em Portalegre	30/10/2017
6. ^a	ESE do I. P. Coimbra, em Coimbra	15/12/2017
7. ^a	ESGT do I. P. Tomar, em Tomar	09/02/2018

Neste preâmbulo introdutório justifica-se igualmente uma referência à composição atual da RIPTUR, a qual engloba as 16 entidades signatárias do Acordo de base, mais a Universidade da Madeira que passou a integrar a Rede desde a reunião realizada em 05/04/2017, em Seia.

O Quadro 2, inserto seguidamente, reproduz a lista atualizada dos representantes nomeados por cada instituição para participarem nos trabalhos da RIPTUR e nas reuniões plenárias da sua Comissão Executiva.

Quadro 2 - Representantes dos Institutos Superiores Politécnicos

Instituição	Representante
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	José Sancho Silva
Instituto Politécnico de Beja	Victor Figueira
Instituto Politécnico de Bragança	Luís Carlos Pires
Instituto Politécnico de Castelo Branco	José Alberto Rodrigues
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	Agostinho Silva
Instituto Politécnico de Coimbra	Adília Cabral
Instituto Politécnico da Guarda	Adriano Costa
Instituto Politécnico de Leiria	Paulo Almeida
Instituto Politécnico de Portalegre	Elisabete Rodrigues
Instituto Politécnico do Porto	Mónica Oliveira
Instituto Politécnico de Santarém	Teresa Bento
Instituto Politécnico de Setúbal	Teresa Costa
Instituto Politécnico de Tomar	Eunice Lopes
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Carlos Fernandes
Instituto Politécnico de Viseu	Joaquim Antunes
Universidade do Algarve	Hélder Carrasqueira
Universidade da Madeira	João Prudente

Importa igualmente sublinhar que, nos termos do Acordo de Parceria Estratégica da Rede de Instituições Públicas do Ensino Superior Politécnico com cursos de Turismo, a

Comissão Executiva apresentou na 2.ª reunião, realizada no dia 03/02/2017, em Idanha-a-Nova, o programa estratégico e de atividades plurianual para o horizonte 2017/2020, o qual foi aprovado por unanimidade, passando a constituir a referência de atuação da RIPTUR.

2. As grandes linhas de intervenção da RIPTUR

Os pressupostos que conduziram à criação da RIPTUR evidenciam a determinação por parte das dezassete instituições de ensino superior que assinaram o acordo de parceria estratégica, a disposição para, através do trabalho em rede devidamente articulado, contribuírem para um modelo de desenvolvimento sustentado do país, particularmente no plano das respostas que o próprio setor do turismo em Portugal necessita.

Neste sentido, a RIPTUR pretende facultar um contributo válido para se ultrapassarem as fragilidades existentes no sistema, pelo que no seu Plano de Atividades possui linhas concretas de intervenção, onde sobressaem domínios como a melhoria do ensino e formação, o reforço da investigação e do desenvolvimento profissional, o fortalecimento das relações institucionais e com os stakeholders, os desafios da internacionalização e a criação de mecanismos adequados de comunicação e de transferência do conhecimento.

Assim, deve-se sublinhar, no plano da melhoria do ensino, a existência de linhas de trabalho tendentes a garantir as bases de qualidade ao nível da preparação dos docentes, a adequação das ofertas formativas (política de turismo, orientação dos planos curriculares para as necessidades das empresas e do tecido socioeconómico em geral), a harmonização das designações dos cursos, o reforço da indispensável componente laboratorial, a intensificação do ensino em inglês, o robustecimento da componente das tecnologias e sistemas de gestão de informação e a aposta acrescida na modalidade de *e-learning*, a introdução de conteúdos significativos referentes à interpretação e valorização turística do património e o incentivo das ações orientadas para a inovação, a criatividade e o empreendedorismo, dotando os alunos com as ferramentas necessárias para o desenvolvimento destas características.

Por outro lado, o outro grande vetor de intervenção prende-se com o desenvolvimento da investigação. De facto, existe o reconhecimento de que a investigação em turismo é insuficiente, predominando nitidamente os chamados métodos informais de conhecimento, com as limitações que lhe estão associadas. Esta perspetiva resulta do facto de o turismo se assumir não só como um fenómeno relativamente jovem, com evidente expansão apenas na sociedade contemporânea, mas também decorre da

dificuldade em alcançar um certo rigor e estatuto científico, necessitando claramente de credibilizar os seus processos analíticos.

Deve-se ter presente que a própria evolução do setor reclama uma resposta crescente em termos de investigação fundamental e aplicada, face a uma multiplicidade de particularidades que carecem de estudo apurado e de estratégias apropriadas. Esta situação é notória não só por parte dos atores públicos, mas também no que concerne às empresas, onde a inovação e o conhecimento se devem assumir como motores de crescimento perante um contexto de globalização da economia e de concorrência acrescida.

Importa igualmente não esquecer que o turismo, face às suas características específicas, necessita de atuações concertadas entre os vários grupos de atores turísticos, pelo que a existência de trabalho em rede, suportado por parcerias estáveis e consistentes, reveste uma importância crucial. Assim, outra linha de intervenção da RIPTUR assenta precisamente na abertura aos *stakeholders* do setor, tentando não só construir projetos de interesse comum, mas também sedimentar relações institucionais fortes com os agentes públicos, privados e associativos.

O turismo vive também uma situação de clara globalização, pelo que obriga a ponderar a existência de estratégias de internacionalização, as quais poderão revestir diversas formas, nomeadamente, através de parcerias com instituições estrangeiras de ensino do turismo, ou através do desenvolvimento de projetos comuns de investigação e desenvolvimento, ou ainda, através do fomento das mobilidades de docente e de alunos.

Uma referência também para a importância da criação de mecanismos adequados de comunicação, os quais facilitam claramente o desenvolvimento do trabalho conjunto e a concretização da missão adstrita ao ensino superior, a qual também assenta na transferência do conhecimento para os agentes turísticos. Com efeito, cada vez mais, as instituições de ensino superior sentem a necessidade de alargar a base de desenvolvimento das suas atividades, deixando de se centrar em exclusivo na formação e na produção e acumulação de conhecimento, para se preocuparem também de forma ativa com a distribuição e a circulação de conhecimento entre as organizações que se reúnem em seu redor, aderindo a projetos que contribuam para o desenvolvimento das suas regiões e da sua cultura.

Para além do trinómio básico da sua intervenção - “educar, formar e investigar”, cada vez mais os Institutos Politécnicos sentem que devem participar em tarefas extensivas da sua missão, valorizando a criação cultural e a componente económica e social do

conhecimento, contribuindo desta forma para o desenvolvimento sustentável e para o progresso da sociedade como um todo.

3. Síntese das atividades desenvolvidas

A atividade desenvolvida pela RIPTUR, neste ano e meio que consagra a sua existência, pautou-se por um desempenho que podemos classificar de positivo, superando claramente as expectativas em matéria de criação das condições logísticas para o avanço da investigação e inovação, como veremos seguidamente.

Contudo, noutras domínios não foi possível ir tão longe como seria desejável neste período, existindo contudo condições para cumprir a quase generalidade dos objetivos e da programação estabelecida para o horizonte 2020.

Como fragilidades que importa ultrapassar no futuro, impõe-se uma referência à ausência de meios humanos que apoiem diretamente as atividades da Rede, particularmente da sua Comissão Executiva. Por outro lado, o funcionamento à distância, baseado sobretudo no modelo de comunicação interno que privilegiou o correio eletrónico, comporta limitações em relação a determinadas iniciativas onde se requer uma ação pessoal mais imediata e direta.

Não se pode também ignorar que a maioria dos representantes das Instituições de Ensino Superior na RIPTUR exercem funções operacionais de responsabilidade nas suas próprias Escolas, o que também limita a sua disponibilidade para deslocações e para o envolvimento em projetos concretos.

Contudo, o apoio administrativo que se pode perspetivar para o futuro próximo, a alcançar em articulação com as estruturas do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (CiTUR), constituirá certamente um reforço importante para que a RIPTUR possa responder com mais eficácia aos vários desafios que se perspetivam.

Como balanço da atividade desenvolvida, podem-se elencar seguidamente as iniciativas que já foram objeto de concretização ou que se encontram em pleno desenvolvimento:

- a) Regulamento de funcionamento interno e escolha da Comissão Executiva para o biénio 2017/18;
- b) Elaboração do programa estratégico e de atividades plurianual 2017/20, aprovado em sede de CCISP e submetido para apreciação pela tutela;
- c) Elaboração de pareceres sobre a ESTRATÉGIA TURISMO 2027 e a política de valorização dos recursos humanos do turismo;

- d) Criação de um *site* provisório (<http://riptur.eshte.pt/>) da RIPTUR, o qual agrega a informação mais relevante sobre a Rede e as suas atividades;
- e) Criação do logótipo da RIPTUR;
- f) Implementação de mecanismos facilitadores da circulação da informação relevante entre pares ao nível do correio eletrónico (rederiptur@eshte.pt - esta conta de email arquiva todo o correio eletrónico recebido e reencaminha os *emails* para todos os membros; e, siteriptur@eshte.pt - *email* para envio de informação/documentos a publicar no site;
- g) Produção e assinatura do Protocolo entre o CCISP e o Turismo de Portugal, o qual cria as condições para a consensualização de um programa de trabalho efetivo entre esta última entidade e a RIPTUR;
- h) Sensibilização para a participação em projetos de interesse comum – Laboratórios Colaborativos, Portugal Codigital 2030, Orçamento Participativo Portugal, Programa Valorizar (Turismo de Portugal), SAICT – Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica;
- i) Integração na equipa liderada pelo Turismo de Portugal que está a produzir o estudo sobre o “Diagnóstico das Necessidades de Formação”;
- j) Levantamento da oferta formativa no ensino superior com cursos de turismo;
- k) Realização de reuniões de trabalho com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Turismo de Portugal, a Fundação para a Ciência e Tecnologia, a Entidade Regional de Turismo do Alentejo, a Entidade Regional de Turismo do Centro, a Confederação do Turismo Português, a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, a Associação dos Diretores de Hotéis de Portugal e Portugal Ventures;
- l) Definição do modelo associado à investigação e impulso à criação do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CITUR);
- m) Elaboração e operacionalização do protocolo referente à criação da Unidade de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo, assinado por todas as Instituições de Ensino Superior Politécnico com Cursos de Turismo (23/06/2017);
- n) Apreciação do projeto de diploma sobre a formação na área de turismo no domínio dos hotéis-escola;
- o) Divulgação e sensibilização para a apresentação de candidaturas ao Programa Sustentabilidade (Despacho Normativo n.º 18/2017 - Diário da República n.º 205/2017, Série II de 2017-10-24);
- p) Participação na organização da Conferência “Ciência, Cultura e Turismo Sustentável”, em parceria com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e com os Museus da Universidade de Lisboa;
- q) Nomeação de 42 representantes da RIPTUR (pertencentes a 16 instituições de ensino politécnico) a integrar no Comité Científico da Conferência “Ciência, Cultura e Turismo Sustentável”, a realizar nos dias 25 e 26 de outubro de 2018;

- r) Formalização e implementação do protocolo de cooperação com a AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, o qual comporta várias linhas de trabalho na área da formação e da investigação;
- s) Preparação de protocolos de cooperação a celebrar com a Associação dos Diretores de Hotéis, com o Turismo do Alentejo e com o Turismo do Centro;
- t) Participação nos Grupos de Trabalho da Fundação para a Ciência e Tecnologia sobre a definição da agenda temática (até 2030) de Investigação e Inovação “Turismo, Hospitalidade e Gestão do Lazer”;
- u) Participação no Conselho Científico da Fundação Côa Parque, com produção de uma proposta de Plano científico de desenvolvimento turístico que sirva os interesses do Parque Arqueológico;
- v) Organização em parceria com a Fundação Côa Parque do Fórum “Turismo Sustentável no Côa: que futuro?”, realizado em 25 de setembro de 2017;
- w) Envolvimento na operacionalização do Concurso “7 Maravilhas à Mesa”, com responsabilidade na preparação do evento de comunicação do Concurso, realizado no dia 21 de fevereiro de 2018 (Mesa representativa da gastronomia e vinhos das 7 regiões do país e assinatura do protocolo de cooperação), além da participação no Conselho Científico e da nomeação de 7 elementos para fazerem parte do painel de especialistas que selecionarão a primeira seleção de MESAS a concurso;
- x) Participação na organização da iniciativa “Prémios Talento na Educação e Formação em Hotelaria e Turismo”, em parceria com o Fórum XXI, o Turismo de Portugal e a ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais, visando a atribuição dos prémios denominados “Hospitality Education Awards”, destinados a reconhecer anualmente os profissionais e as instituições na área da educação e formação para o turismo que mais se distinguiram;
- y) Colaboração com a Rede “*Museums, Patrimony and Tourism – International Research Network*”;
- z) Análise da proposta de protocolo com o Turismo de Portugal sobre equivalências às unidades de formação que integram os Cursos de Especialização Tecnológica e produção de uma nota de recomendações sobre esta matéria;
- aa) Desenvolvimento de contactos com a Secretaria de Estado da Segurança Social visando a participação da RIPTUR no Programa de Distribuição de Alimentos;
- bb) Envolvimento na organização dos Fóruns Politécnicos relacionados com o Turismo;
- cc) Participação na 4ª edição do ISITH - International Symposium on Innovation in Tourism and Hospitality, realizada em Seia (05/04/2017);
- dd) Presença na reflexão efetuada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro sobre o “Turismo no Douro – Formação e competências” (08/06/2017);

- ee) Produção do *Flyer* e dos *Roll-ups* que apresentam a RIPTUR e o CiTUR, com consequente distribuição e exibição na Bolsa de Turismo de Lisboa 2018 (28/02 a 04/03/2018) e na Futurália (14 a 17/03/2018);
- ff) Presença em reuniões com a AHRESP, tendo em vista a definição do respetivo programa de trabalho conjunto;
- gg) Levantamento dos alunos com programas de estágios para estudo de uma Bolsa conjunta a gerir com a AHRESP;
- hh) Apresentação à AHRESP do projeto Menu4All.

No ponto 5 do presente relatório, procede-se ao cruzamento das atividades desenvolvidas com os programas e ações definidos no Plano estratégico e de atividades plurianual 2017/20.

4. A prioridade concedida à Investigação, Desenvolvimento e Inovação

O Acordo de Parceria Estratégica para a criação da Rede de Instituições Públicas do Ensino Superior Politécnico com cursos de Turismo, assinado em 14 de novembro de 2016, conferia uma importância crucial ao desenvolvimento da investigação, pelo que a RIPTUR priorizou logicamente esta linha de trabalho.

Por outro lado, revela-se consensual o entendimento de que a investigação em turismo é insuficiente, necessitando claramente de credibilizar os seus processos analíticos e de consolidar um estatuto de maior rigor científico.

Também não é estranha a este facto a circunstância de o turismo habitualmente se integrar no domínio das ciências sociais, em relação às quais se têm colocado embaraços na aplicação do chamado método científico, desenvolvido pela escola empírica ou pela corrente positivista. Por outro lado, o reconhecimento de que o turismo interage com um conjunto alargado de variáveis, sendo essencial garantir a sua abordagem multidisciplinar através da conexão harmonizada com vários elementos integrantes da sua esfera de contexto, nomeadamente da economia, da sociologia, da geografia, da história, do direito, da antropologia, entre outras disciplinas. Este facto configura a abordagem científica em turismo como complexa e carente de modelos específicos de investigação.

Com efeito, o turismo é uma atividade que tanto abrange uma experiência humana ou um comportamento social, como um elemento geográfico ou um recurso económico, social e patrimonial ou mesmo uma atividade privada empresarial com uma produção assente numa cadeia de valor. Neste sentido, podemos observar que o turismo é um fenómeno composto, justificando uma abordagem holística.

Sem entrarmos na querela acerca da existência, ou não, de legitimidade para o reconhecimento do turismo como uma área científica, de *“estudo em si mesmo”*, importa referir que esta problemática não está consensualizada nos meios académicos.

Existem autores que consideram que o turismo não possui doutrina que justifique a sua classificação como uma disciplina académica de campo inteiro, devendo ser conferida primazia a uma abordagem através da diversidade de ângulos que o tema proporciona. Outros autores defendem uma posição contrária, argumentando que o turismo já possui uma presença firme nas escolas superiores, observando-se, em muitos casos, a existência de estruturas formais de investigação e a possibilidade de garantir publicações académicas, sob a forma de livros ou de revistas. Contudo, estes autores também reconhecem que, apesar do aumento de revistas, livros e conferências especificamente dedicadas ao turismo, este ainda se mantém, a um nível analítico geral, deficientemente teorizado e, por vezes, com contradições evidentes na sua abordagem.

Por outro lado, a academia converge na consideração de que os resultados da investigação devem traduzir-se em contributos que forneçam um impulso para resolver situações concretas do sistema turístico e dos seus atores.

No caso de Portugal, o reforço da investigação revela-se essencial para assegurar as respostas adequadas face aos desafios da concorrência, da diversificação e da diferenciação, da necessidade do reforço das parcerias entre os vários atores turísticos, dos novos modelos de negócios para as empresas turísticas e da importância da inovação, da necessidade de renovação das políticas públicas e das estratégias empresariais, da qualificação dos recursos humanos, do desenvolvimento de modelos sustentáveis, da débil investigação sobre o setor e da falta de informação credível sobre os mercados, da oferta turística e dos seus produtos e da necessidade de dinamização de redes de conhecimento.

Atualmente reconhece-se a existência de obstáculos que dificultam a relação escola-empresa: a empresa "desconhece" o mundo académico e não tem experiência em atividades conjuntas com ele; os estabelecimentos de ensino superior "carecem de estímulos" para a aproximação e "não estão orientados para o mercado", fechando-se excessivamente no seu mundo e nas suas organizações internas.

Neste sentido, a RIPTUR entende que o modelo de investigação a concretizar no turismo, deve servir como plataforma para fomentar a melhoria da qualidade e da quantidade de investigação produzidas na área, nomeadamente através da criação de formas de cooperação que aumentem a transparência da investigação realizada no país e que contribuam para uma maior partilha de recursos humanos e financeiros,

gerando iniciativas que promovam a discussão de agendas de investigação na área do turismo.

A RIPTUR defendeu desde a sua constituição que as unidades de investigação dos institutos politécnicos devem privilegiar a aproximação entre si, bem como com o meio académico e empresarial, de forma a disseminar o conhecimento científico sobre o turismo e a contemplar, nas agendas da investigação, temáticas que se enquadrem no âmbito das prioridades que enquadram a atividade privada do setor.

Assim, devem acolher na sua estrutura núcleos específicos de investigação especializada sobre áreas concretas do fenómeno turístico, onde seja concedido particular relevo ao estímulo do empreendedorismo ao nível local e regional, às ações especializadas de formação e à criação de redes de difusão do conhecimento, de intercâmbio de boas práticas e de desenvolvimento conjunto de projetos de interesse comum. Neste contexto, definiu-se que o modelo a criar deveria possuir como objetivos genéricos:

- Dinamizar, desenvolver e difundir a investigação em turismo;
- Contribuir para a aproximação e colaboração das estruturas de investigação especializadas em turismo;
- Fomentar agendas de investigação ditadas pelas prioridades que enquadram a intervenção dos atores turísticos;
- Facilitar as parcerias entre as estruturas de investigação a que estão associados os Institutos Politécnicos com cursos de Turismo;
- Garantir o diálogo com as organizações públicas, associativas e empresariais, de modo a que estas possam usufruir dos serviços dos Centros de I&D federados na RIPTUR.

Sem abdicar do princípio que os ISP-Turismo deverão ter plena autonomia para criarem as suas próprias estruturas de investigação ou para integrarem outras já existentes, foi consensual que competiria à RIPTUR:

- Assegurar que todos possuíssem uma solução para desenvolvimento de projetos de investigação;
- Incentivar a criação de redes que resultassem de parcerias estáveis e que conferissem uma massa crítica acrescida neste processo.

Por outro lado, há que reconhecer que existem atualmente melhores condições do que no passado para protagonizar o indispensável progresso neste domínio. Assim, e pela primeira vez, o turismo, juntamente com a hospitalidade e a gestão do lazer, surge como uma das áreas do conhecimento onde se pretende definir uma agenda de Investigação & Inovação que potencie novos saberes e novas centralidades para a valorização turística de Portugal no mundo, num contexto de desenvolvimento

sustentável e responsável do território e em estreita articulação com a valorização científica, cultural, social e económica do património e da cultura portuguesa, assim como de novas formas de lazer associadas à natureza. Com efeito, trata-se de um progresso enorme face ao passado, onde as orientações existentes conduziam a que a FCT ignorasse em absoluto o turismo como área de conhecimento, decorrendo as abordagens existentes do respaldo que decorria da característica multidisciplinar e transversal do fenómeno turístico, possibilitando a sua abordagem debaixo da capa da geografia, da sociologia, da história, do direito, da antropologia, entre outras disciplinas.

Como corolário dos contactos efetuados com a FCT, os Politécnicos Públicos com cursos de turismo têm participado no grupo de trabalho que está a definir uma agenda de investigação e inovação (AI&I) de longo prazo (até 2030), a qual deverá inspirar, futuramente, os processos de decisão de diferentes atores nacionais e contribuir para o desenvolvimento tecnológico e científico do setor. Seria inaceitável que o subsistema politécnico, com 95% da formação superior em turismo do nosso país e com trabalhos de qualidade já desenvolvidos junto dos atores turísticos, ficasse de fora neste processo, à semelhança do verificado no passado.

Merecem igualmente referência as políticas públicas atuais, em matéria do ensino superior, as quais vieram criar um conjunto de oportunidades que as IESP têm necessariamente que aproveitar.

Em primeiro lugar, justifica-se uma menção à Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2016, de 03/06, a qual definiu a Agenda «Compromisso com o Conhecimento e a Ciência: o Compromisso com o Futuro» e o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia 2017-2020, criando, finalmente, as condições para o desenvolvimento da investigação em turismo, sendo possível mobilizar para este desafio as instituições de I&D e de ensino superior, instituições de interface, empresas, bem como outros atores dos setores público e privado.

Outro passo importante foi dado com o lançamento do “Programa de Modernização e Valorização do Ensino Politécnico”, compreendendo o estímulo a atividades de I&D em estreita colaboração com os parceiros locais, o qual também veio fortalecer o quadro de referência neste domínio e possibilitar a apresentação de vários projetos úteis para o desenvolvimento do setor dentro da perspetiva de transferência de conhecimento para os *stakeholders* do turismo ou de contributo para resolver alguns dos seus problemas concretos.

Assim, em 30/06/2016, através do Aviso N.º 02/SAICT/2016, foi aberto um concurso que pretendia contribuir para a acumulação de competências e valorização do impacto

dos institutos e escolas politécnicas na sociedade e na economia portuguesa, incentivando as atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico baseadas na experiência e orientadas para a inovação nos setores produtivo e social.

Apontava-se assim para que os institutos politécnicos, em estreita articulação com o tecido produtivo, social ou artístico, orientassem as suas atividades de investigação aplicada para temas relevantes em termos económicos e sociais locais e/ou políticas públicas específicas, consagrando-se igualmente os seguintes objetivos:

- a) Envolvimento dos estudantes dos institutos politécnicos, ao longo de toda a sua formação, em atividades de experimentação, no trabalho de projeto multidisciplinar, e na prática orientada de atividades de investigação, sobretudo de modo a viabilizar projetos de natureza interdisciplinar e valorizando a história e património local ou regional;
- b) Fomento do relacionamento a nível local entre as instituições de ensino superior politécnico e o sector produtivo, social ou artístico, facilitando rotinas de transferência de conhecimento e de recursos humanos qualificados;
- c) Fomento da colaboração a nível local entre as instituições de ensino superior e instituições públicas, facilitando-se o desenvolvimento de projetos conjuntos e a conceção e implementação de políticas públicas;
- d) Integração de competências e valorização de sinergias em termos de oportunidades e necessidades locais, reunindo docentes e investigadores em várias áreas científicas em torno de um conjunto preciso de linhas temáticas de responsabilidade própria e orientadas para a resolução de problemas de interesse local;
- e) Estímulo da inserção das instituições em redes europeias de âmbito politécnico, tendo em vista a facilitação da internacionalização dos institutos politécnicos e das regiões em que se inserem.

Importa acrescentar que o turismo constituía uma das áreas possíveis de incidência dos projetos de investigação.

Por outro lado, em 16/06/2016, foi celebrado um contrato entre o Governo e os politécnicos públicos, no âmbito da agenda *“Compromisso com o Conhecimento e a Ciência”*, o qual estipula um conjunto de aspetos a serem garantidos pelas duas partes signatárias. Da parte do Governo sobressaíram compromissos relacionados com as dotações orçamentais a transferir para os politécnicos, o apoio específico à modernização e valorização do ensino politécnico (programa já referido) e a criação de um quadro legal e de apoio financeiro à criação de emprego científico e académico.

Por outro lado, os politécnicos públicos comprometeram-se a prosseguir o processo de melhoria do seu desempenho nas dimensões do ensino, investigação e interação

com o tecido produtivo, social e cultural, contribuindo para um modelo de desenvolvimento sustentado, assente no conhecimento e no alargamento progressivo da formação de nível superior a grupos mais diversificados da população. Em termos concretos, os politécnicos públicos assumiram que iriam desenvolver os esforços adequados para se atingirem os objetivos de qualificação e intensidade de I&D previstos no Plano Nacional de Reformas, nomeadamente através das seguintes medidas:

- *Articulação entre o ensino e a investigação: alargar a prática efetiva de atividades de investigação científica no âmbito dos planos de estudos dos seus cursos e de outras ações de formação, incluindo a adoção de estágios em ambiente profissional;*
- *Promoção e estímulo de atividades de «I&D baseado na prática», ou «I&D orientada para a prática», na forma de atividades originais de investigação e desenvolvimento que procuram gerar novos conhecimentos através de uma prática, intervenção ou ação, e dos seus resultados. Incluem-se aí as metodologias também habitualmente designadas como «action research», «reflective practice», «problem based learning» e outras relacionadas com a aprendizagem baseada na participação em intervenções práticas da experiência;*
- *Estabelecimento de parcerias e laboratórios colaborativos com o tecido produtivo: criar, desenvolver e incentivar diferentes estruturas colaborativas, estimulando o emprego científico e qualificado e a interação com as empresas e as instituições culturais;*
- *Consolidação do emprego científico: aumentar o emprego científico e reduzir ou eliminar o recurso a bolsas de pós-graduação após três anos de trabalho pós-doutoral.*

No citado contrato, os politécnicos públicos assumiram igualmente o compromisso de se empenharem na promoção da adoção de um “ (...) *programa de responsabilidade cultural e patrimonial que contribua para a valorização da memória, da herança e da identidade cultural e patrimonial e para o aumento das práticas de consumo cultural (...)* e de um (...) *programa de responsabilidade social que contribua para uma maior inclusão social, consciencialização e envolvimento da academia com a sociedade e para a reação aos desafios sociais*”.

Perante este enquadramento, a RIPTUR impulsionou a criação do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR), o qual resultou de uma parceria subscrita através de protocolo celebrado entre as instituições que integram a RIPTUR.

Assim, este Centro foi aprovado pelos órgãos estatutariamente competentes das Instituições de Ensino Superior Politécnico (IESP) com cursos de Turismo, sendo a sua organização e funcionamento definidas através de um regulamento que mereceu igual validação por parte dos outorgantes do acordo. Tratar-se-á de uma estrutura exógena em relação ao modelo organizativo da RIPTUR, pelo que a gestão do Centro competirá às instituições aderentes, bem como a definição da sua localização física e da sua organização interna.

Reconhecendo-se a vantagem de se possuir um Centro de Investigação aglutinador da maioria dos IESP com cursos de Turismo, já que esta solução comporta um claro reforço de massa crítica, de capacidade de intervenção e de aproximação aos *stakeholders* do turismo, importa ter presente que estivemos perante um processo de criação que foi absolutamente voluntário e cuja solidificação será necessariamente gradual. Este aspeto não dispensa que a RIPTUR colabore na sua consolidação, desempenhando um papel aglutinador, conciliando as várias situações existentes e garantindo os necessários equilíbrios.

O CiTUR possui um modelo polinucleado de funcionamento verdadeiramente inovador no panorama nacional, abrangendo Escolas de 17 universidades e politécnicos e envolvendo quase 200 investigadores, cerca de metade deles como "integrados".

Assim, além dos objetivos comuns a toda a academia, espera-se que os politécnicos e as escolas universitárias de matriz politécnica gerem e divulguem conhecimentos que possam ser reconhecidos pela sociedade e pelas empresas como aplicáveis, no sentido de poderem ser vistos como prontos para uso imediato em processos produtivos e/ou de intervenção social.

Como principais objetivos para os próximos cinco anos, a nível do CiTUR, destaca-se:

- *“(…) A exploração dos benefícios esperados de uma instituição com real alcance nacional;*
- *O envolvimento e a participação assídua em redes internacionais, com especial atenção para as relacionadas com a Europa e os Países de Língua Portuguesa;~*
- *A promoção de uma atividade académica mais relevante, aumentando a qualidade dos diversos produtos que podem caracterizar a atividade do CiTUR, nomeadamente a organização de eventos e de publicações científicas;*
- *A manutenção de uma estreita relação com a Rede de Instituições Públicas do Sistema de Ensino Superior Politécnico com Cursos na Área de Turismo (RIPTUR), aproveitando as sinergias que esta proximidade pode trazer ao cumprimento dos objetivos das duas estruturas;*

- *O aproveitamento (e aprofundamento) da rede de contactos composta pelos diversos atores, públicos e privados, que fazem parte do cluster de turismo e hospitalidade, a fim de fazer destacar e executar uma investigação aplicada e útil (...)”.*

Em termos de organização interna, o CiTUR está estruturado em seis polos regionais, sedeados em Coimbra, Estoril, Faro, Funchal, Guarda e Leiria. Cruzando esses polos, a Unidade considera seis grupos temáticos de investigação: Economia e Gestão do Turismo; Turismo, Hospitalidade e Restauração; *e-Tourism*; Território e Destinos Turísticos; Planeamento e Gestão de Produtos Turísticos e da Animação; e, Turismo, Cultura, Sociedade e Linguagem.

Com a criação do CiTUR, as atribuições da RIPTUR no domínio da investigação podem ser resumidas da seguinte forma:

- a) Dinamizar e desenvolver a investigação nos ISP-Turismo, explorando as sinergias possíveis entre o CiTUR e outros Centros existentes;
- b) Estudar a possibilidade de criação de um conjunto de instrumentos de apoio à investigação, de forma a garantir a qualidade do trabalho produzido nos vários núcleos que a integram;
- c) Difundir os programas nacionais e internacionais de apoio ao fomento da investigação nos IESP-Turismo;
- d) Sensibilizar para as vantagens da articulação entre a investigação e o ensino ministrado nos IESP-Turismo, numa ótica de exploração de complementaridades;
- e) Contribuir para o processo de aproximação entre os meios académico e empresarial, de forma a disseminar o conhecimento científico sobre o turismo e a contemplar, nas agendas da investigação, temáticas que se enquadrem no âmbito das prioridades que enquadram a atividade pública e privada do setor;
- f) Difundir os resultados das investigações concretizadas nos vários Centros, nomeadamente através da publicação no seu *site* de artigos científicos nacionais e internacionais, bem como os resultados dos estudos desenvolvidos;
- g) Organizar uma conferência científica anual promotora da Rede, vocacionada, nomeadamente, para a abordagem a temas relevantes e atuais do turismo ou para a apresentação dos resultados dos projetos de investigação realizados ou a decorrer, bem como para a sua internacionalização;
- h) Angariar projetos de investigação para o CiTUR, promovendo a sua distribuição com base em critérios de interesse regional ou de especialização temática;
- i) Criar mecanismos de articulação com redes nacionais e internacionais de investigação no turismo, visando a permuta de conhecimento científico e o desenvolvimento em conjunto de projetos de interesse comum;

- j) Incentivar a realização de estudos de investigação aplicada sobre temas relacionados com a análise intrínseca e extrínseca do turismo;
- k) Facilitar a publicação de artigos dos investigadores dos ISP-Turismo em revistas científicas nacionais e internacionais, bem como a publicação de livros em domínios teóricos ou aplicados do turismo.

5. Avaliação e reprogramação do Plano Estratégico e de atividades plurianual 2017/2020

Perante a criação do CiTUR tornou-se necessário reformular as ações que constam do Plano Estratégico Plurianual da RIPTUR (2017/2020) e que devem passar a desenvolver-se debaixo da égide daquele Centro.

Neste sentido, na reunião realizada no passado dia 09/02/2018, em Tomar, foi decidido que as seguintes ações que integram os Programas de “Investigação e desenvolvimento profissional” e “Conferências e reuniões” seriam transferidas para o CiTUR:

- Realização, em articulação com a RIPTUR, de um Congresso anual vocacionado, nomeadamente, para a abordagem a temas relevantes e atuais do turismo ou para a apresentação dos resultados dos projetos de investigação realizados ou a decorrer, bem como para a internacionalização;
- Difundir os resultados das investigações concretizadas nos vários Centros, nomeadamente através da publicação no seu *site* de artigos científicos nacionais e internacionais, bem como os resultados dos estudos desenvolvidos;
- Implementar uma revista científica própria *online*, a qual funcionará como repositório integrado das produções registadas nas várias Unidades de Gestão (Polos);
- Criar mecanismos de articulação com redes nacionais e internacionais de investigação no turismo, visando a permuta de conhecimento científico e o desenvolvimento em conjunto de projetos de interesse comum.

Por outro lado, ainda no âmbito do Programa de “Investigação e desenvolvimento profissional”, particularmente ao nível das ações designadas como “Parcerias de investigação entre os Institutos Superiores Politécnicos” e “Estímulo de ações de I&D baseadas na prática”, passariam a ter acompanhamento através do CiTUR, os seguintes estudos e projetos em carteira:

- Plano estratégico de desenvolvimento turístico do Douro/Foz Côa;
- Estudo sobre o levantamento quantitativo dos recursos humanos do turismo, numa base de desagregação regional, bem como a caracterização das suas funções, competências e gaps existentes (Protocolo AHRESP);
- Concretização de um estudo no domínio da economia colaborativa, com incidência no denominado alojamento local, e destinado à compreensão da sua

percepção pelos residentes, à caracterização dos hóspedes e à avaliação da sua satisfação (Protocolo AHRESP);

- Desenvolvimento de um projeto de investigação sobre a dignificação e valorização das profissões do turismo e da restauração (Protocolo AHRESP);
- Elaboração de um conjunto de manuais destinados a apoiar os responsáveis pelas micro e pequenas empresas turísticas nas áreas da gestão das tecnologias de informação e de comunicação, da economia circular (ambiente, qualidade do ar, resíduos alimentares, ...), dos equipamentos e dos edifícios (questões das energias e respetivas economias de escala, assistência e manutenção de equipamentos), do marketing estratégico e operacional, da organização departamental interna, do controlo de custos, do *revenue management* e da nutrição alimentar (Protocolo AHRESP);
- Levantamento do receituário tradicional e dos produtos locais na perspetiva científica (Protocolo AHRESP).

Passando à apreciação das 50 ações previstas no Plano Estratégico Plurianual (2017/20) e que incorporam os 8 programas estabelecidos, pode-se sintetizar o grau de execução obtido até final de maio de 2018. O Quadro 3, seguidamente reproduzido, faculta uma apreciação de conjunto, evidenciando os desvios observados por programa.

Quadro 3 - Plano estratégico plurianual (2017/20)

	N.º Ações	Grau de execução das ações até maio de 2018			
		Concluídas	Sem desvios	Com desvios menores	Com desvios significativos
Programa 1 - Funcionamento da Rede	9	5	5	4	
Programa 2 - Ensino e formação	8			8	
Programa 3 - Investigação e desenvolvimento profissional	8	1	4	3	1
Programa 4 - Relações institucionais	8		5	3	
Programa 5 - Relações com os stakeholders	6		3	1	2
Programa 6 - Internacionalização	3		2	1	
Programa 7 - Conferências e reuniões	4		1	2	1
Programa 8 - Comunicação	4			2	2
Total	50	6	20	24	6
% do total	100,0	-	40,0	48,0	12,0

Conforme se pode observar, foram concluídas na íntegra 6 ações até ao momento atual, sendo que o nível conjunto de realização sem desvios ou com desvios mínimos atingiu os 88%; por outro lado, 20 ações evidenciaram uma concretização plena, enquanto que 6 ações se quedaram por um grau de realização com desvios significativos. Contudo, mesmo neste último caso, existe a possibilidade de se corrigirem os atrasos nos próximos dois anos.

Apresenta-se seguidamente o detalhe da avaliação efetuada individualmente por ação, indicando-se as que possuem desenvolvimento nos próximos anos. Assim, o Quadro 4 reproduz a situação referente aos programas sobre o funcionamento da rede e o ensino/formação.

**Quadro 4 - Plano estratégico plurianual (2017/20)
Funcionamento da Rede e Ensino e Formação**

Programas	Ações	Prazo de execução	Grau de execução das ações até maio de 2018				Prolongamento das ações		
			Concluída	Sem desvios	Com desvios menores	Com desvios significativos	2018	2019	2020
1 - Funcionamento da Rede	1.1. Regimento de funcionamento	Até final de janeiro de 2017	X	X			-	-	-
	1.2. Nomeação da Comissão Executiva	Até final de janeiro de 2017	X	X			-	-	-
	1.3. Operacionalização da Comissão Especializada de Turismo do CCISP	Até final de janeiro de 2017	X	X			-	-	-
	1.4. Elaboração do Plano Estratégico Plurianual (2017/2020) e respetiva monitorização	Até final de janeiro de 2018	X	X			X	X	X
	1.5. Criação da plataforma Web/portal	Até final de março de 2017			X		X	X	X
	1.6. Circulação da informação relevante entre pares	Até final de abril de 2017			X		X	X	X
	1.7. Constituição de consórcios que possibilitem a oferta de determinados programas formativos em conjunto	2017 a 2020			X		X	X	X
	1.8. Partilha de recursos académicos, científicos e de publicações	2017 a 2020			X		X	X	X
	1.9. Criação de um sistema de informação sobre a oferta formativa existente nos Institutos Superiores Politécnicos	Até junho de 2017	X	X			X	X	X
2 - Ensino e formação	2.1. Estudo da adequação das ofertas formativas e das designações dos cursos	Até final de 2017			X		X	X	X
	2.2. Reforço do ensino em inglês	2017 a 2020			X		X	X	X
	2.3. Desenvolvimento do e-learning	2017 a 2020			X		X	X	X
	2.4. Introdução de conteúdos significativos referentes à interpretação e valorização turística do património nos programas de unidades letivas	2017 a 2020			X		X	X	X
	2.5. Reforço da componente das tecnologias e sistemas de gestão de informação nos planos curriculares	2017 a 2020			X		X	X	X
	2.6. Ampliação da oferta de cursos técnicos superiores profissionais (TESP) na área do turismo	Até final de 2018			X		X	X	X
	2.7. Sensibilização para as práticas do turismo sustentável e responsável	2017 a 2020			X		X	X	X
	2.8. Constituição de parcerias que possibilitem a oferta integrada de determinados programas	2017 a 2020			X		X	X	X

Pode-se imediatamente observar que 5 das ações já concretizadas surgem logicamente no âmbito das iniciativas tendentes a dotar a RIPTUR com o modelo organizativo e de funcionamento indispensável ao arranque da sua atividade. Por outro lado, as restantes ações do Programa 1 registaram desenvolvimentos, carecendo contudo de maior aprofundamento nos anos seguintes, ou de uma atualização regular.

No caso do Programa 2 (Ensino e Formação) foram discutidas e analisadas as iniciativas tendentes a melhorar e a adequar a qualidade do ensino superior em turismo, observando-se a necessidade de se dispor de um horizonte mais alargado para que as IESP possam progressivamente implementar as recomendações existentes. Contudo, é evidente que já existem intervenções não generalizadas a todos os IESP, mas que

traduzem a perceção por parte de algumas Escolas da necessidade de avançarem com a introdução de elementos inovadores que valorizem as suas ofertas.

Assinale-se que, neste domínio, foi realizado o estudo de base referente ao levantamento da oferta formativa existente nas IESP com cursos de Turismo, o que constituía o ponto de partida essencial para a realização de outras tarefas subsequentes.

Passando aos Programas 3 e 4, respetivamente, sobre a “Investigação e Desenvolvimento Profissional” e “Relações Institucionais”, pode-se analisar a incidência das ações realizadas através da observação do Quadro 5, seguidamente reproduzido.

Quadro 5 - Plano estratégico plurianual (2017/20)
Investigação e desenvolvimento profissional e Relações institucionais

Programas	Ações	Prazo de execução	Grau de execução das ações até maio de 2018				Prolongamento das ações		
			Concluída	Sem desvios	Com desvios menores	Com desvios significativos	2018	2019	2020
3 - Investigação e desenvolvimento profissional	3.1. Inovação, criatividade e empreendedorismo	2017 e 2018			X		X	X	X
	3.2. Articulação entre o ensino e a investigação no turismo	2017 e 2018				X	X	X	X
	3.3. Parcerias de investigação entre os Institutos Superiores Politécnicos	2017 e 2018		X			X	X	X
	3.4. Estímulo de ações de I&D baseadas na prática	2017 e 2018		X			X	X	X
	3.5. Criação de uma plataforma integrada de investigação no seio da RIPTUR	2017 a 2020	X	X			-	-	-
	3.6. Acesso a redes de investigação	2018 a 2020			X		X	X	X
	3.7. Programas de apoio financeiro ao desenvolvimento de projetos de investigação	Até final de 2017		X			X	X	X
	3.8. Linha de apoio financeiro para estudos e projetos do Turismo de Portugal	Até final de 2018			X		X	X	X
4 - Relações institucionais	4.1. Certificação dos cursos (A3ES)	Até final de 2017			X		X	X	X
	4.2. Articulação dos agentes formativos do turismo	2017 e 2018		X			X	X	X
	4.3. Cursos de nível 5	Até final de 2017		X			X	X	X
	4.4. Cooperação com as Escolas de ensino profissional do turismo	Até final de 2018		X			X	X	X
	4.5. Realização de reuniões regulares com a tutela	2017 a 2020		X			X	X	X
	4.6. Regulamentação e certificação profissional	2017 a 2020			X		X	X	X
	4.7. Financiamento dos cursos de turismo	2017 a 2020			X		X	X	X
	4.8. Desenvolvimento de ações de formação em contexto laboral	Até final de 2017		X			X	X	X

Como decorre dos comentários já produzidos anteriormente, estes programas foram os que registaram uma concretização com menores desvios nas ações previstas, tendo beneficiado do foco prioritário de intervenção da RIPTUR. A única ação que carece de dinamização mais forte no futuro prende-se com a articulação entre o ensino e a investigação, a qual poderá ser impulsionada a partir do arranque das atividades dos vários polos do CiTUR.

Considerando os Programas 5 a 8, dirigidos para as relações com os *stakeholders*, a internacionalização, a realização de conferências/reuniões e a comunicação, pode-se

reter através da leitura do Quadro 6, abaixo inserto, que todas as ações carecem de prolongamento da atuação até 2020, sobretudo as relacionadas com o marketing comunicacional.

Quadro 6 - Plano estratégico plurianual (2017/20)
Relações com os Stakeholders, Internacionalização, Conferências e Reuniões e Comunicação

Programas	Ações	Prazo de execução	Grau de execução das ações até maio de 2018				Prolongamento das ações		
			Concluída	Sem desvios	Com desvios menores	Com desvios significativos	2018	2019	2020
5 - Relações com os stakeholders	5.1. Auscultação dos atores turísticos sobre a estrutura dos cursos e os programas das unidades letivas	2017 a 2020			X		X	X	X
	5.2. Reforço de projetos em parceria com os stakeholders	2017 a 2020				X	X	X	X
	5.3. Prestação de serviços especializada	2017 a 2020		X			X	X	X
	5.4. Desenvolvimento de estruturas colaborativas com os parceiros locais e regionais do turismo	2017 a 2020		X			X	X	X
	5.5. Dignificação das profissões turísticas	2017 a 2020		X			X	X	X
	5.6. Candidaturas ao Orçamento Participativo da Ciência	2017				X	X	X	X
6 - Internacionalização	6.1. Inserção em redes europeias	2017 a 2020			X		X	X	X
	6.2. Incentivo à mobilidade dos alunos	2017 e 2018		X			X	X	X
	6.3. Programas de formação nos países lusófonos	2017 a 2020		X			X	X	X
7 - Conferências e reuniões	7.1. Realização de um Congresso anual	Abril 2017 (1.ª edição)			X		X	X	X
	7.2. Realização de um encontro anual com as associações empresariais e profissionais do turismo	2017 a 2020				X		X	X
	7.3. Reuniões trimestrais da Rede	janeiro de 2017		X			X	X	X
	7.4. Sessões conjuntas dos Institutos Superiores Politécnicos no âmbito da formação e da investigação	2017 a 2020			X		X	X	X
8 - Comunicação	8.1. Apresentação do Portal/Plataforma Web	Março de 2017				X		X	
	8.2. Difusão das iniciativas da Rede e dos Politécnicos	Março de 2017			X		X	X	X
	8.3. Presença em Feiras do Turismo	Setembro de 2017			X		X	X	X
	8.4. Produção de um portfólio da formação e I&D em Turismo	Até Junho de 2017				X	X		

Como decorre das orientações que presidiram à elaboração do Plano Estratégico Plurianual 2017/20, o mesmo possui um caráter dinâmico, pelo que poderão ser introduzidas futuramente novas linhas de trabalho, decorrentes de oportunidades e desafios que entretanto se perfilam como prioritários.

6. Considerações finais

Após a perspetiva de apreciação global que consta do capítulo 5 do presente relatório, iremos preceder à sistematização das intervenções que se perfilam como mais urgentes e, em torno das quais, importa concentrar o esforço da RIPTUR. Assinale-se que estas iniciativas acomodam-se nos programas e ações que integram o Plano, podendo no futuro justificar uma abordagem autonomizada.

Assim, uma prioridade absoluta prende-se com o reforço das intervenções no domínio de formação, avançando-se para a concretização de medidas que permitam assegurar progressos significativos nos seguintes domínios:

- i. Adequar as ofertas formativas graduadas e não graduadas em função das prioridades definidas para a política do turismo em Portugal, quer na expressão nacional como regional, de forma a assegurar a necessária valorização dos recursos humanos afetos a este setor de atividade;
- ii. Harmonizar as designações dos cursos existentes, de forma a minimizar a situação atual onde existem cursos com designações diferentes e fins comuns e outros com designações iguais e fins diferentes;
- iii. Sensibilizar a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) para as vantagens decorrentes de uma visão mais abrangente e diversificada em relação aos cursos de turismo, permitindo uma maior liberdade na construção curricular, de modo a assegurar-se uma maior ligação à região;
- iv. Reforçar o ensino em inglês dos cursos na área do turismo e consolidar a aposta no regime de *e-learning*;
- v. Ponderar nos planos curriculares dos cursos de turismo a necessidade de orientação para as empresas e para o tecido socioeconómico em geral, garantindo-se a participação dos atores turísticos na definição dos conteúdos das unidades letivas;
- vi. Assegurar nos programas de algumas unidades letivas, a introdução de conteúdos significativos referentes à interpretação e valorização turística do património, dada a importância dos recursos naturais e culturais para o turismo;
- vii. Incentivar as ações orientadas para a inovação, a criatividade e o empreendedorismo, dotando os alunos com as ferramentas necessárias para o desenvolvimento destas características;
- viii. Robustecer a componente das tecnologias e sistemas de gestão de informação nos planos curriculares, de modo a garantir que os alunos possam ser competitivos no atual mercado de trabalho;
- ix. Apostar nos cursos técnicos superiores profissionais (TESP) na área do turismo, selecionando áreas temáticas que se relacionem com os interesses regionais e locais e com a vocação turística de cada zona onde se integram;
- x. Preparação das IESP para ministrarem doutoramentos;
- xi. Reforçar a articulação entre o ensino e a investigação no turismo, alargando a prática efetiva de atividades de investigação científica no âmbito dos planos de estudos dos seus cursos e de outras ações de formação, bem como a prática de estágios em ambiente profissional.

Outra área de intervenção crucial prende-se com a operacionalização de parcerias com determinadas entidades relevantes na área do Turismo, particularmente com a AHRESP, Turismo do Alentejo, Turismo do Centro, Associação de Diretores de Hotéis de Portugal (ADHP) e Turismo de Portugal.

No caso da AHRESP, existindo já um protocolo assinado e um grupo de trabalho constituído para a monitorização dos trabalhos, importa passar à concretização efetiva, o que pressupõe alguma articulação entre a RIPTUR e o CiTUR, face à existência de ações diferenciadas no domínio da formação, do relacionamento institucional e da investigação. Assim, tem-se:

✓ **BLOCO 1 - Projetos de implementação mais direta**

- Criação da Bolsa conjunta de estágios, após o levantamento já concretizado (RIPTUR);
- Produção de conteúdos para a formação *on line* ministrada pelas Academias AHRESP (RIPTUR);
- Colaboração da AHRESP com o Grupo de Trabalho a criar pela RIPTUR tendo em vista a adequação/otimização das ofertas formativas graduadas e não graduadas do ensino politécnico do turismo (RIPTUR);
- Extensão do Programa Poliempreende para o turismo, assegurando a AHRESP 3 tipos de prémios – empresários no ativo, projetos inovadores e empresas (RIPTUR);
- Participação no programa “Prove/Taste Portugal – Rede de restaurantes portugueses no mundo (RIPTUR);
- Levantamento do receituário tradicional e dos produtos locais na perspetiva científica (CiTUR/RIPTUR) ¹.

✓ **BLOCO 2 - Estudos/Projetos estruturantes**

- Definição de cursos de curta duração dirigidos para os ativos existentes e com aposta no *e-learning* (RIPTUR);
- Implementação de pacotes de formação específica para empresários e gestores de topo (RIPTUR);

¹ A AHRESP adjudicou o levantamento das receitas e produtos endógenos a uma empresa, a qual incidirá a recolha nas regiões do Norte, Centro e Alentejo. O objetivo da AHRESP será a de possuir 20 receitas por região, cuja utilização será efetuada através da Rede de Restaurantes Portugueses no Mundo. A AHRESP disponibilizará a base de dados existentes, pretendendo desenvolver com a RIPTUR a componente científica do levantamento.

O CiTUR deverá apresentar uma proposta para a elaboração do levantamento científico, a incluirá a metodologia de avaliação (testemunho de memória coletiva, elemento valorativo da identidade e herança social relevante, etc.), os critérios complementares de apreciação (integridade/manutenção ao longo do tempo, exemplaridade/singularidade, autenticidade/identidade e contextualização do interesse cultural relevante), os critérios da UNESCO aplicáveis ao Património Cultural Imaterial, os procedimentos de inventariação decorrentes da Portaria n.º 196/2010, de 9/4, e a ficha de inventário; Constituição da equipa científica indicada pela RIPTUR: IP Coimbra – Luís Lavrador (luis.lavrador@turismodeportugal.pt); IPCA - Filipe Pereira (ifpereira@ipca.pt); IP Leiria – Patrícia Borges (patricia.borges@ipleiria.pt); ESHTe – Cândida Cadavez (candida.cadavez@eshte.pt); U. Algarve - Cláudia Henriques (chenri@ualg.pt); IP Viseu - Cristina Barroco (cbarroco@dgest.estv.ipv.pt).

- Estudo sobre o levantamento quantitativo dos recursos humanos do turismo, numa base de desagregação regional, bem como a caracterização das suas funções, competências e gaps existentes (CiTUR);
- Concretização de um estudo no domínio da economia colaborativa, com incidência no denominado alojamento local, e destinado à compreensão da sua perceção pelos residentes, à caracterização dos hóspedes e à avaliação da sua satisfação (CiTUR);
- Desenvolvimento de um projeto de investigação sobre a dignificação e valorização das profissões do turismo e da restauração (CiTUR);
- Elaboração de um conjunto de manuais destinados a apoiar os responsáveis pelas micro e pequenas empresas turísticas nas áreas da gestão das tecnologias de informação e de comunicação, da economia circular (ambiente, qualidade do ar, resíduos alimentares, ...), dos equipamentos e dos edifícios (questões das energias e respetivas economias de escala, assistência e manutenção de equipamentos), do marketing estratégico e operacional, da organização departamental interna, do controlo de custos, do *revenue management* e da nutrição alimentar (CiTUR).

✓ **BLOCO 3 - Iniciativas decorrentes da parceria**

- Auscultação da AHRESP como entidade parceira na seleção de temáticas relacionadas com as vocações e necessidades turísticas regionais para a criação de novos cursos técnicos superiores profissionais - TESP (RIPTUR);
- Participação da RIPTUR e dos seus Membros como parceiros do Balcão Único Empresarial (RIPTUR/CiTUR);
- Mobilização dos associados da AHRESP para participarem em visitas educacionais e outras missões realizadas no estrangeiro (iniciativa de médio prazo) (RIPTUR);
- Banco de horas bilateral com permuta de prestações no plano do ensino com as da prática profissional e empresarial (iniciativa de médio prazo) (RIPTUR).

✓ **BLOCO 4 - Definição dos meios de financiamento e logísticos necessários**

- Programa Mobilizador (em co-promoção); Programa I&D em Co-promoção; Programa de Valorização dos Politécnicos - Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica; Laboratório Colaborativo; Programa de Sustentabilidade (CITUR/RIPTUR).

No caso dos protocolos com o Turismo do Alentejo, com o Turismo do Centro e com a ADHP, impõe-se assegurar a conclusão da redação do protocolo de entendimento e consensualizar o respetivo programa de trabalho, em relação ao qual já existe uma definição prévia dos projetos a desenvolver. A formalização destes aspetos deverá estar concluída até final de setembro de 2018.

Uma nota final para a parceria a estabelecer com o Turismo de Portugal, a qual deverá conhecer o necessário impulso após a sessão conjunta de trabalho com esta entidade, prevista para o próximo dia 4 de junho.

Recordam-se seguidamente as bases do protocolo estabelecido, em 14/11/2016, entre o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), em representação da Comissão Especializada de Turismo/RIPTUR e o Turismo de Portugal.

Assim, o Turismo de Portugal responsabilizou-se por disponibilizar a documentação que suporta a definição estratégica no domínio do turismo, por articular com a RIPTUR as políticas relacionadas com a educação e formação em turismo e por promover a inclusão da comunidade académica e científica na área de turismo em programas/ações de inovação aberta destinadas a apoiar a criação e aceleração de projetos de *startups* neste sector.

Ficou igualmente de estudar a possibilidade de incorporar os eventuais projetos desenvolvidos pelos Institutos Superiores Politécnicos, em articulação com os atores turísticos públicos, privados e associativos, nas linhas financeiras de apoio promovidas pelo Turismo de Portugal, abrangendo as seguintes vertentes.

- Realização de estudos tendentes à concretização do levantamento das necessidades em formação no âmbito da Estratégia Turismo 2027;
- Criação de conteúdos para a elaboração de roteiros culturais e científicos, tendo por base as especificidades regionais e os recursos turísticos existentes;
- Desenvolvimento de estudos e de projetos de investigação que produzam novo conhecimento científico e técnico sobre o setor do turismo, nomeadamente, no âmbito do planeamento integrado e estratégico, da criação de novos produtos turísticos ou de revitalização de produtos já existentes, da análise de mercados, da disseminação de tecnologias de informação e de comunicação aplicadas ao turismo e da qualificação dos recursos humanos.

Por outro lado, a RIPTUR ficou com atribuições nos seguintes domínios:

- Incentivar a criação de mecanismos de cooperação com as escolas da rede do Turismo de Portugal, de forma a complementar as ofertas formativas e a proporcionar aos alunos mecanismos integrados de transição no ensino do turismo;
- Estimular a criação de mecanismos de colaboração entre as Instituições de Ensino Superior Politécnico, o Turismo de Portugal e as unidades hoteleiras e de restauração aderentes, possibilitando o reforço e a fixação de contextos de aprendizagem nestes espaços, devidamente parametrizados em função das diferentes especificidades regionais;

- Preparar um sistema de recolha de informação junto dos seus associados, de forma a disponibilizar dados regulares sobre a oferta formativa existente nos Institutos Superiores Politécnicos, nomeadamente, sobre os cursos existentes, os perfis dos alunos inscritos;
- Organizar um portfólio atualizado da formação e I&D em turismo, como ferramenta de internacionalização e diplomacia científica, que possa ser integrado nas atividades e iniciativas promovidas pelo Turismo de Portugal, nomeadamente nas feiras internacionais de turismo.

Assinale-se que além da RIPTUR já ter disponibilizado a informação relevante sobre a oferta formativa existente no ensino superior do turismo, também analisou a proposta de protocolo com o Turismo de Portugal sobre equivalências às unidades de formação que integram os Cursos de Especialização Tecnológica, tendo produzido uma nota de recomendações sobre esta matéria.

Por outro lado, na sequência da reunião realizada no passado dia 3 de abril com o Sr. Presidente do Turismo de Portugal, ficou assente que a RIPTUR integraria a equipa liderada pelo Turismo de Portugal que está a produzir o estudo sobre o “Diagnóstico das Necessidades de Formação”.

Em complemento dos projetos em curso com a AHRESP, Turismo de Portugal, ADHP e Turismo do Alentejo e Centro, importa continuar a dar sequência imediata às seguintes iniciativas:

- Divulgação e sensibilização para a apresentação de candidaturas ao Programa Sustentabilidade;
- Participação na organização da Conferência “Ciência, Cultura e Turismo Sustentável”, prevista para os dias 25 e 26 de outubro de 2018, com conseqüente mobilização dos investigadores das IESP para apresentarem comunicações;
- Continuação da participação nos Grupos de Trabalho da Fundação para a Ciência e Tecnologia sobre a definição da agenda temática (até 2030) de Investigação e Inovação “Turismo, Hospitalidade e Gestão do Lazer”;
- Participação no Conselho Científico da Fundação Côa Parque;
- Envolvimento na operacionalização do Concurso “7 Maravilhas à Mesa”, através da participação no Conselho Científico e no acompanhamento do painel de especialistas (nomeado pela RIPTUR) que está a certificar as que MESAS que se apresentaram a concurso;
- Participação na organização da iniciativa “Prémios Talento na Educação e Formação em Hotelaria e Turismo”;
- Articulação com o CiTUR na elaboração dos planos de atividades dos Polos, bem como no processo de afetação de projetos em carteira;

- Discussão interna sobre o modelo de representação da RIPTUR nas próximas edições da Bolsa de turismo de Lisboa e da Futurália.

Para terminar, a Comissão Executiva agradece todo o apoio que lhe foi facultado pelos vários membros da RIPTUR, nomeadamente em áreas específicas que envolvem o desenvolvimento do Plano de Atividades Plurianual 2017/20.

Em 4 de junho de 2018

A Comissão Executiva